

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 29ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Comissão

2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/8/2020

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – Homenagem Póstuma – Orientações Gerais para a Reunião – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.143 e 2.144/2020; Requerimentos nºs 6.151 a 6.158, 6.160 a 6.162, 6.164 e 6.165/2020 – Oradores Inscritos: Discursos do deputado Delegado Heli Grilo, da deputada Marília Campos e dos deputados Sargento Rodrigues, Carlos Pimenta e Coronel Sandro – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Carlos Pimenta, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado João Leite, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Sra. Ana Carolina Vidal, do Procon-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.006/2020, do deputado Doutor Jean Freire. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Christiano Augusto Xavier Ferreira, prefeito municipal de Santa Luzia, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 4.768 e 4.770/2020, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se aos referidos requerimentos.)

Do Cel. PM Luiz Sérgio Cosendey Perlingeiro, chefe de gabinete do Comando-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.531/2019, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.851/2020, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.774/2020, do deputado Doutor Jean Freire. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.953/2020, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.956/2020, da Comissão de Defesa do Consumidor. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.957/2020, da Comissão de Defesa do Consumidor. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.933/2020, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.874/2020, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.878/2020, da Comissão dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.879/2020, da Comissão dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (2), prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.885/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.948/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.979/2020, do deputado André Quintão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Silvana Maria Araújo Mendes, prefeita municipal de Pedra Azul, agradecendo a destinação de recursos financeiros a esse município por meio de emenda parlamentar.

Homenagem Póstuma

O presidente – A presidência, atendendo a solicitação do deputado Raul Belém, vai fazer 1 minuto de silêncio em homenagem póstuma ao ex-deputado federal Caio Narcio, que faleceu tão jovem esta semana, aos 33 anos.

A presidência solicita a todos que, de pé, permaneçam em silêncio por 1 minuto.

– Procede-se à homenagem póstuma.

Orientações Gerais para a Reunião

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, esclarece que a reunião ordinária será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se o disposto no inciso II do art. 14 e no art. 22 do Regimento Interno e nas demais normas regimentais aplicáveis, bem como as seguintes diretrizes:

1) Somente será registrada a presença nas reuniões de Plenário das deputadas e dos deputados que ingressarem na plataforma do Silegis ou no ambiente de videoconferência do Zoom;

2) Os parlamentares podem se inscrever, por meio da plataforma Silegis, para falar no Grande Expediente pelo prazo de 15 minutos, nos termos do art. 26, c/c o art. 157, do Regimento Interno;

3) Será admitido aparte no Grande Expediente, que não excederá a 3 minutos, nos termos do § 1º do art. 162 do Regimento Interno. Para realizar aparte, os parlamentares devem se manifestar pelo *chat online*, escrevendo expressamente “aparte”;

4) Para arguir questão de ordem, nos termos do art. 166 do Regimento Interno, os parlamentares devem se inscrever pela plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”;

5) Será cancelada a inscrição do deputado que, chamado, não estiver *online* no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;

6) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo parlamentar inscrito e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar, desde que ainda não tenha sido encerrada a respectiva fase da reunião em que o pronunciamento estava sendo feito.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.143/2020

Declara de utilidade pública a Associação Bike Gerais de Ciclismo – ABGC, com sede no Município de Campestre.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Bike Gerais de Ciclismo – ABGC, com sede no Município de Campestre.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de agosto de 2020.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente da Comissão de Constituição e Justiça (PSDB).

Justificação: A Associação Bike Gerais de Ciclismo – ABGC, com sede no município de Campestre/MG, é uma associação civil de caráter social, sem fins lucrativos, sem cunho político ou partidário, regida por estatuto próprio, de prazo indeterminado e tem por finalidade promover o ciclismo, incentivando o uso de bicicleta como meio de locomoção e transporte, lazer, turismo e, principalmente, esporte nas regiões urbanas e rurais; propor, executar ou participar da criação de projetos para a realização de eventos relacionados ao ciclismo, tais como provas, treinos e passeios ciclísticos; realizar cursos e treinamentos técnicos, presta consultoria e assessoria, realizar atividades de pesquisa e educação, divulgando a cultura do uso da bicicleta, sem qualquer distinção de cor, raça, credo religioso, classe social, concepção política-partidária, filosófica ou nacionalidade.

Sua diretoria é constituída por pessoas de reconhecida idoneidade, que realizam atividades voluntárias, inteiramente gratuita, não recebendo nenhum lucro, gratificações, bonificações ou vantagens.

A entidade atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual espero e conto com a anuência de meus nobres pares ao projeto proposto.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.144/2020

Declara de utilidade pública o Projeto Vida Movimento Para Recuperação Humana, com sede no Município de Itamonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Projeto Vida Movimento Para Recuperação Humana, com sede no Município de Itamonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de agosto de 2020.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente da Comissão de Constituição e Justiça (PSDB).

Justificação: O Projeto Vida Movimento Para Recuperação Humana, com sede no município de São Lourenço/MG, é uma associação civil de caráter social, sem fins lucrativos, sem cunho político ou partidário, regida por estatuto próprio, de prazo indeterminado e tem por finalidade promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de qualquer tipo de dependência química, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania; manter e incentivar a instalação de estabelecimentos destinados ao tratamento, recuperação, habitação e reabilitação de pessoas com problemas de alcoolismo, drogas e outras dependências químicas e reintegrá-las à sociedade; estimular o trabalho do dependente químico por meio de exposições de cooperativa e de oficinas protegidas; promover medidas comunitárias, de âmbito municipal e regional, que visem a assegurar o ajustamento social e ao bem-estar da pessoa dependente; conscientizar a sociedade sobre o problema da dependência química; promover e/ou estimular a realização de programas permanentes de prevenção nas formas de dependência, sem qualquer distinção de cor, raça, credo religioso, classe social, concepção política-partidária, filosófica ou nacionalidade.

Sua diretoria é constituída por pessoas de reconhecida idoneidade, que realizam atividades voluntárias, inteiramente gratuita, não recebendo nenhum lucro, gratificações, bonificações ou vantagens.

A entidade atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual espero e conto com a anuência de meus nobres pares ao projeto proposto.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Prevenção e Combate às Drogas, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 6.151/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam os seguintes requerimentos reiterados, uma vez que até o momento não foram respondidos: Requerimentos em Comissão – RQCs – nºs 2.189, 2.083, 2.086, 2.084, 1.571 e 1.297/2019; e Requerimentos – RQNs – nºs 1.260, 802, 1.261, 1.298, 1.297 e 1.300/2019. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.152/2020, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Contagem pedido de providências para que seja viabilizado o pagamento do auxílio moradia para as famílias do município que foram devidamente cadastradas em razão da alta vulnerabilidade social. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 6.153/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da operação no Município de Campo do Meio, em 14/8/2020, e, após 50 horas de negociação, auxiliaram oficiais de justiça e colocaram fim no processo de reintegração de posse de gleba da Fazenda Ariadnópolis, expedida pelo juízo da Comarca de Campos Gerais. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.154/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da operação realizada em 17/8/2020, no Município de Ouro Preto, que resultou na apreensão de maconha, dinheiro em espécie, duas balanças, uma faca, um caderno de contabilidade e na prisão de um indivíduo. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.155/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os bombeiros militares que participaram da operação realizada em 16/8/2020, no Município de Uberlândia, e conseguiram evitar o cometimento de suicídio por uma jovem de 24 anos que tentava se jogar da janela de um prédio. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.156/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja contido o avanço dos casos da covid-19 no presídio de Ubá, que, segundo informações confirmadas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, registrou, até 14/8/2020, 55 casos confirmados de contaminação pelo novo coronavírus, situação que coloca em risco os presos e os prestadores de serviço do presídio. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 6.157/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulada manifestação de apoio aos trabalhadores rurais pela ação de reintegração de posse empreendida pelo governo do Estado em 12/8/2020, em Campo do Meio, que colocou em risco a vida das pessoas por contaminação pela covid-19 e impediu a manutenção das condições de sobrevivência desses trabalhadores rurais. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 6.160/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Bicas pedido de providências para que o prefeito municipal, na condição de presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Sudeste – Juiz de Fora, proceda à recomposição salarial dos trabalhadores do Samu, que é a mesma desde 2017.

Nº 6.161/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam apresentadas justificativas para a não observância do art. 7º, VI, da Constituição Federal, ao ser determinada, de forma unilateral, a redução da jornada de trabalho, juntamente com a redução de 25% da remuneração dos trabalhadores da MGS, sem a devida negociação coletiva com seus representantes da associação de trabalhadores ou sindicato.

Nº 6.162/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a implementação do adicional de dedicação exclusiva aos professores da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

Nº 6.164/2020, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulado voto de congratulações com a empresa Sorvete Amigo, com sede em Araçuaí e presente em várias cidades do Vale Jequitinhonha, pela iniciativa de criar e desenvolver, juntamente com agricultores familiares e artesãos, o projeto Amigos da Nossa Terra, Amigos da Nossa Gente, que contribuirá para o desenvolvimento econômico do Vale Jequitinhonha. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 6.165/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e ao governador do Estado pedido de providências para que seja cumprido o acordo de greve de 2016, firmado entre o governo do Estado, a Unimontes e a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Montes Claros – Adunimontes –, homologado na Justiça, bem como para que a comissão seja informada sobre os procedimentos que estão sendo adotados e o cronograma a ser cumprido.

Oradores Inscritos

O deputado Delegado Heli Grilo – Boa tarde, deputado, meu presidente interino Antonio Carlos Arantes.

Hoje eu recebi um vídeo da Assembleia sendo invadida e fiquei realmente estarelecido com a posição e com a atuação dos invasores. Deu para a gente ver, através do vídeo, eles arrastando e jogando peças, numa demonstração clara de que as pessoas não são gente de bem, porque gente de bem conversa, discute, não faz invasões. Isso tem trazido um transtorno muito grande.

A Polícia Militar, coitada, foi lá naquele assentamento, fez um trabalho certinho, não houve nenhum problema. Aí chegou lá, naquele (– Falha na transmissão do áudio.) um cidadão que colocou fogo no campo, amarrou o que chamamos de rabo de fogo no cavalo, que saiu arrastando, botando fogo em todo o campo. Aí aparece o vídeo de uma senhora chorando: “Olhem, meus companheiros!”. Uma estratégia de guerrilha, de terrorista mesmo aquilo. Então, chegou o momento de se resolver esse problema das invasões.

A gente sabe que nesses locais, presidente, há muita gente de bem, mas a maioria, me desculpem, são pessoas que não prestam, que não têm a mão calejada de trabalhar. Vá lá e olhe a mão deles para ver se tem calo de enxada. Não têm. Um pessoal que hoje, numa plena quarta-feira, corre para a Assembleia, invadindo a Assembleia...

Eu fico preocupado. Hoje não é dia de ficar olhando as coisas? Em vez disso estão fazendo uma invasão dessa aí, quebrando as entradas, empurrando as mesas. Eu vi o vídeo. Isso tudo não pode acontecer. Aí, a Polícia Legislativa impede e já vão falar que a Polícia Legislativa é grosseira, que a Polícia Legislativa agride. A Polícia Militar não cometeu nenhuma arbitrariedade e levam aqui os meus cumprimentos os policiais militares de Minas Gerais, que atenderam os oficiais de justiça naquela reintegração de posse.

Sabem o que é reintegração de posse? É uma ordem judicial escrita “reintegrar a posse”. Depois que o juiz decidiu, não tem mais o que se discutir, presidente. Então, na hora que o juiz deu a sentença “reintegração de posse” o que eles tinham de fazer? “Olhem, nós perdemos a causa, vamos sair”. Não, eles ficam o tempo todo colocando dificuldades. Depois que é decidido, aí eles querem resistir, aí, qualquer coisinha que acontece, eles se autolesionam, se machucam para depois dizer que a polícia agrediu, que a polícia bateu.

Eu vi algumas falas de que a polícia foi truculenta. Não foi de forma alguma. Eu rendo os meus cumprimentos à Polícia Militar pela atitude. Eles ficaram quietos. Aí, um cidadão que estava lá, no meio, montado num cavalo, saiu com um rabo de fogo, como nós chamamos, com fogo amarrado no rabo do cavalo incendiando todo o campo. Olhem, ninguém é bobo de ficar vendo essas coisas. Hoje não tem mais como passar escondido, hoje existem filmagens, hoje há câmeras para todos os lados.

Então, é um absurdo o que aconteceu lá e depois querem jogar a culpa na Polícia Militar. Eu ouvi os áudios em que o prefeito disse que tentou, de todas as formas. Eram apenas seis famílias. Ele tentou discutir, conversar, mas nunca quiseram fazer um acordo para deixar as terras, as terras que não eram deles, que não são deles. Terras têm os seus legítimos donos. O proprietário de terra no Brasil hoje vive um dilema muito grande. O que está acontecendo? Ele passa a vida inteira com medo de invadirem as suas terras, depois a invadem, ele tem que entrar na Justiça, a Justiça demora, demora, demora. Aí, quando ele vê... Muitos nem conseguem ver o final da sentença de reintegração de posse da sua legítima propriedade. O que acontece? Eles começam a oferecer dificuldades, montar estratégias de guerrilha, porque o que foi montado aí, com aquela mulher chorando, foi uma estratégia de quem aprendeu muita coisa nos campos de guerra. Então eu fico preocupado.

Essa invasão de hoje aí foi uma demonstração clara de que são pessoas que não têm um pingão de educação, porque quem tem educação não faz o que eles fizeram. E são sempre os mesmos, nunca muda. Essas manifestações que nós temos na Assembleia, presidente, são sempre feitas pelas mesmas pessoas. Podem começar a fazer o monitoramento fotográfico deles para verem que são sempre os mesmos. Há manifestação por causa de ônibus, eles estão aí. Há manifestação por causa de invasão, eles estão aí. Há manifestação por questão de votação da Assembleia, eles são os mesmos. Então nós precisamos acabar com isso. Chega!

As coisas se resolvem é através da legislação. A lei determinou que a terra seja devolvida ao legítimo dono, que a comprou, que custou o suor de muita gente. Não! Eles querem resistir e querem vencer no cansaço, mas isso não pode acontecer. Nós, como deputados desta Casa, não podemos aceitar isso. Nós temos que tomar o que aconteceu hoje como exemplo. Quem apoia isso – pelo amor de Deus! – não pode dizer que é um apoio bom, que é uma pessoa que está preocupada em resolver os problemas. Essa invasão de hoje, o que eu vi na Assembleia hoje é uma coisa realmente estratégica, organizada por um grupo de pessoas que não aceita perder. Houve a reintegração de posse determinada pelo Judiciário. Olhe, presidente Antonio Carlos, há 65 invasões de terras em Minas Gerais, cujas reintegrações de posse já foram indeferidas.

Nós temos um projeto aí que precisa ser aprovado para acabar com isso. O prazo de discussão processual é justamente o prazo que as pessoas têm para organizarem a sua vida. Se eles sentirem que vão perder, que não vão poder ficar na terra, saem pacificamente e procurem outro canto. Não! Em todos os lugares é tudo da mesma forma, em todos os lugares. Não há nenhuma invasão que se resolva através do diálogo, da conversa. Não adianta, eles não querem conversa, eles querem resistir, querem tomar a terra de todo mundo, seja ela produtiva ou não produtiva.

Não sou contra o pequeno produtor, não, o agricultor, mas desde que ele comprove que é um homem do campo, que pelo menos trabalhou na terra. Isso que está aí não é trabalhador rural, Antonio. Se fosse, eu não estaria aqui falando isso, não. Eu convivi com essas pessoas aqui, no Triângulo Mineiro. O Triângulo Mineiro deve ser um dos lugares em que há mais invasões no Estado de Minas. Deve perder para o Noroeste e alguns lugares do Norte de Minas. Eles querem terra que preste. Como aqui não presta, ninguém invade. Aqui, quantas e quantas vezes eu entrei em assentamento para poder prender bandido que fica escondido lá, que rouba gado na região, que furta na região, e você não pode entrar. Quantas vezes eu conversei com assentados que venderam as terras

e já foram para outro assentamento. Esse é um sinal claro de que a preocupação não é ser um proprietário e produzir naquele pedaço de terra, não, porque eles conseguiram.

Você pode olhar aqui, Antonio: nós temos alguns assentamentos em que no mínimo 70%, 80% já não estão mais naquele assentamento prioritário, naquele que começou. Já saíram e já foram para outro assentamento.

Então, nós, deputados, temos que ter uma preocupação com isso, sim. Isso que eu vi aí hoje é mais um sinal de que não existe respeito pela propriedade alheia, não existe respeito pelo patrimônio público. Então eu acho que chegou o momento de a gente tomar a nossa decisão.

Eu queria também, aproveitando a oportunidade, Sr. Presidente, lamentar a morte de mais uma companheira, a Sgt. Cláudia, aqui em Uberaba, por Covid-19. Na semana que se passou, o Luiz Santana, investigador de polícia em Araxá, policial que trabalhou comigo por muitos e muitos anos, infelizmente não resistiu a essa doença invisível que assola o nosso país; e ontem foi o dia da policial militar, que já havia perdido o irmão. Lutou bravamente, como fez nos campos de batalha, como fez a vida inteira, lutando contra a criminalidade. Mas, contra esta pandemia, ela não deu conta, não resistiu – mas lutou. Ela ficou mais de 30 dias no hospital, lutando contra a morte, mas infelizmente foi levada e vencida. Mas, com toda certeza, lá em cima, ela terá um lugar de destaque ao lado do Nosso Senhor Jesus.

O que nós pedimos é a Deus: que os nossos governantes e os nossos cientistas concluam logo este estudo das vacinas, que estão sendo feitos em todo o mundo, para que possamos ficar livres disso. Do contrário, nós vamos perder muita gente e muitos amigos. Quando isso começa a se aproximar da gente é que a gente vê o efeito desta guerra que está aí. Agradeço, Sr. Presidente, e devolvo a palavra à Mesa.

A deputada Marília Campos – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas e todos que nos assistem pela TV Assembleia, uma boa tarde. Desejamos, neste dia especial, nesta quarta-feira, ao deputado estadual Doutor Jean, que se encontra adoentado, que se recupere para que possa estar junto com a gente nas lutas do nosso Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, eu quero trazer aqui, hoje, o tema de vários moradores e moradoras de Contagem que eram beneficiários do Bolsa Moradia; alguns agrupamentos recebiam bolsa-moradia, parte bancada pelo Município de Contagem e parte bancada pelo Município de Belo Horizonte. Nós temos aí os moradores da antiga Ocupação William Rosa. Essa ocupação ocupou, parece-me que no ano de 2017, um terreno da Ceasa em Contagem – em torno de 430 famílias. E o processo todo foi solucionado numa negociação que envolveu a Cohab, o governo do Estado de Minas Gerais e também a Prefeitura de Contagem e a Ceasa. Pois bem, Sr. Presidente, em vários momentos eu ajudei essas famílias fazendo debate na Assembleia Legislativa, em audiência pública, e tudo através do diálogo. Procurávamos encontrar uma solução, para que a gente pudesse garantir uma solução dialogada, negociada, que fosse boa para as famílias e que também pudesse ser viabilizada pelo governo do Estado e pela Ceasa. Enfim, encontrou-se o caminho, através do diálogo, uma solução, e essas famílias tiveram uma proposta: o auxílio-moradia seria pago parte pelo governo do Estado, parte pelo Município de Contagem.

Pois bem, Sr. Presidente, ontem, na parte da manhã, essas famílias fizeram uma manifestação na Prefeitura de Contagem e, na parte da tarde, na porta da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Eu quero aqui fazer um apelo, porque essas famílias estão desesperadas. O auxílio-moradia não tem sido pago pelo governo do Estado desde dezembro do ano passado. Agora também a Prefeitura de Contagem começou a não pagar o auxílio-moradia. Então, o que está acontecendo hoje é o descumprimento de um acordo que foi firmado entre entes – no caso o governo do Estado e a Prefeitura de Contagem -, e essas famílias que alugaram apartamentos ou residências estão sendo despejadas pelos proprietários. Então eu quero aqui fazer um apelo ao governo do Estado e também à Prefeitura de Contagem para que encontrem uma solução para essas 430 famílias da Ocupação William Rosa, em cumprimento a um acordo que foi celebrado no passado.

Sr. Presidente, nós temos também a situação dos moradores e moradoras da Vila Esperança, em Nova Contagem. São famílias que moravam debaixo dos fios de alta-tensão em áreas da Cemig, no Vila Esperança. São quase 100 famílias, e eu ajudei a intermediar a situação delas. Essas famílias moram há mais de 20 anos nessa região. Houve uma negociação que envolveu a Mesa de Diálogo, a Assembleia Legislativa, por meio da minha pessoa – como deputada, ajudei a intermediar esse processo –, e também o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Cemig, e foi encontrada uma solução: a Cemig iria pagar o auxílio-moradia para essas famílias até que a prefeitura pudesse construir moradias para abrigá-las de acordo com a política habitacional do município. Acontece, Sr. Presidente, que a Cemig tem repassado o recurso para a prefeitura de acordo com as informações que eu recebi, e a prefeitura não tem pago o auxílio-moradia às famílias que estão sendo despejadas desses aluguéis. E onde elas moravam... Já foi desconstruída a sua moradia pela Cemig porque era uma área de risco.

Também nós temos a situação dos moradores e das moradoras do Morro dos Cabritos. São quase 900 famílias que moravam nesse chamado Morro dos Cabritos, na região do Ressaca. Em função das enchentes e das chuvas que nós tivemos no final do ano, essas famílias tiveram um risco (– Falha na transmissão do áudio.) muito grande. Elas tiveram as suas moradias abaladas e então foram tiradas desses locais e colocadas em residências com o amparo da prefeitura, que paga o auxílio-moradia para essas famílias. Porém, o que está acontecendo agora é que a Prefeitura de Contagem não tem pago auxílio-moradia para essas quase 900 famílias do Morro dos Cabritos, na região do Ressaca. Várias famílias já tiveram suas casas destruídas. Elas não têm para onde ir e também estão sendo despejadas pelos proprietários das moradias que alugaram.

Acontece, Sr. Presidente, que nós fomos informados pela imprensa que a Prefeitura de Contagem está fazendo uma auditoria na política habitacional do município, em função das denúncias que ocorreram recentemente, feitas aí por uma servidora pública do município. No levantamento que ela fez, um funcionário da Secretaria de Habitação é suspeito de ter feito um desfalque de R\$4.000.000,00 na política habitacional do município.

Isso, Sr. Presidente, é muito grave porque o que ele estava vendo era... Ele só estimou o número dos beneficiários. Então, inventou beneficiários e, em função disso, pagou benefícios onde não havia nenhum beneficiário recebendo. Então, há um desfalque aí de R\$4.000.000,00, na Secretaria da Habitação do Município de Contagem. Em função disso, de acordo com a imprensa, a Prefeitura de Contagem entrou com uma representação no Ministério Público contra esse funcionário e, por essa razão, está promovendo uma auditoria para fazer uma apuração.

E o meu pedido, Sr. Presidente – e entrei com um requerimento para que a Assembleia Legislativa aprecie e encaminhe, de forma urgente, para a Prefeitura de Contagem – é que seja feita uma auditoria o mais rápido possível para que essas famílias não tenham esse prejuízo, não fiquem na rua da amargura como estão, com essa tensão toda, porque, é claro, que, nessa situação de ter havido esse suposto desfalque no fundo habitacional do município, há algumas irregularidades no cadastramento das famílias, mas os inocentes não podem pagar pelos pecadores. Nós temos aí muitas pessoas beneficiárias da política habitacional do Bolsa Moradia que têm cadastros adequados.

Então, o que a gente pede à Prefeitura de Contagem é que faça essa auditoria com a maior celeridade possível para que as famílias não sejam despejadas; e, se possível, que a prefeitura faça um contato com os proprietários para que não ameacem essas famílias – os proprietários das residências –, para que sejam mais tolerantes com os moradores que alugaram os apartamentos ou as residências, para que eles possam, com tranquilidade, ter uma solução que vai ser dada, tenho certeza, pela prefeitura. Além disso, que o Ministério Público possa tomar as providências cabíveis nesse processo. Então, queria pedir à Mesa diretora e também ao Plenário da Assembleia que aprove esse requerimento que apresentei, que, na verdade, é um pedido de providências no sentido de garantir celeridade para que tenha uma solução, o mais rápido possível, a fim de que essas famílias tenham a tranquilidade merecida na cidade de Contagem.

Por último, Sr. Presidente, queria também fazer um convite a todos que nos assistem. Daqui a pouco nós teremos uma audiência pública na Comissão de Trabalho – e eu vou presidir os trabalhos. Mais uma vez, faremos o debate sobre a questão da reforma da Previdência que tramita na Assembleia. Mas ainda continuo na expectativa, presidente, de que o governo do Estado retire esse projeto que se encontra em tramitação na Assembleia pelos motivos da pandemia, pelo motivo do funcionamento remoto da Assembleia (– Falha na transmissão do áudio.) Nós temos vários (– Falha na transmissão do áudio.) nos estados que aprovaram a reforma da Previdência. Então, estão entrando com ação de inconstitucionalidade, ações que questionam a (– Falha na transmissão do áudio.) Lei nº 103, que foi aprovada no Congresso Nacional, mas ela não pode ter uma aplicação direta nos estados e municípios. Nós deveríamos aguardar o projeto de lei que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados para daí, sim, a gente discutir nos estados e nos municípios. Nós corremos o risco de cada estado ter a sua proposta de reforma da Previdência e cada município fazer a sua reforma, e a gente ter a situação previdenciária em todo o País completamente desconectada, nos Estados e também nos municípios.

Então, mais uma vez, eu faço esse apelo; mas, claro, faremos o debate agora na Comissão do Trabalho, e aí eu já deixo o convite: às 15h30min, estaremos fazendo o debate sobre o PLC nº 046. Obrigada, presidente.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, presidente. Eu queria cumprimentar aqui todos os deputados e deputadas e, de certa forma, os telespectadores que estão nos ouvindo pela TV Assembleia.

Presidente, eu quero aqui novamente retomar o assunto de Campo do Meio, um assunto que ontem voltou; a Polícia Militar de Minas Gerais voltou a ser criticada aqui no Plenário ontem, no pinga-fogo de ontem. Eu quero deixar claro mais uma vez, presidente, que as informações não são trazidas por aqueles que querem tecer as críticas, mas vamos lá: foram 20 anos de processo judicial, como bem lembrou aqui o deputado Delegado Heli Grilo; há 20 anos o proprietário lidava no Judiciário para ser reintegrada a sua posse. Uma vez reintegrada a posse, cabe à Polícia Militar apenas cumprir a ordem judicial.

Mas, felizmente, Sr. Presidente, o episódio de Campo do Meio veio descortinar uma série de mentiras que estavam sendo plantadas nas redes sociais, inclusive contando com apoio de parlamentares desta Casa. Quais são as mentiras? Olhem: “Aqui está sendo ocupado. Há 450 famílias, com mulheres, com crianças, no meio de uma pandemia. A polícia está sendo violenta, a polícia está sendo arbitrária”. A Polícia Militar de Minas Gerais teve uma atuação irretocável em Campo do Meio, com paciência, com todo o profissionalismo, e não havia 450 famílias, conforme muitos mentiram em redes sociais, inclusive os integrantes do MST e o líder do MST em Campo do Meio. Olhem, não havia 450 famílias. A Polícia Militar de Minas Gerais cumpria uma reintegração de posse numa gleba de 53ha devido a um processo judicial que findou após duas décadas, depois de tramitar no Poder Judiciário. Temos que respeitar a decisão da Justiça, e a Polícia Militar simplesmente a cumpriu – e cumpriu com maestria, prestou um serviço relevante, relevante. Não havia 450 famílias ali naquela terra; havia 6 famílias que tinham invadido – quero deixar claro: invadido – uma propriedade privada. A Polícia Militar, com muita cautela, muito zelo, com todo o seu profissionalismo conseguiu remover essas famílias, cumpriu a ordem judicial e, inclusive, buscou a Prefeitura de Campo do Meio para que pudesse também receber e acolher essas famílias, inclusive as crianças que lá estavam.

Então, durante os debates na semana passada, ouvimos gente que falava: “Destruí uma escola, destruí isso”. A Polícia Militar de Minas Gerais cumpriu uma ordem judicial, depois de um devido processo legal de 20 anos. Agora, infelizmente, as mentiras foram plantadas na mídia em uma tentativa de desmobilizar, em uma tentativa de jogar a opinião pública contra a Polícia Militar. Até agora, eu não vi nenhum deputado, nenhuma deputada trazer aqui qualquer crítica ao juiz que lá deu essa ordem judicial. Ninguém fala nada, todo mundo continua calado. Então, a Polícia Militar cumpriu a ordem judicial, e ela tem que cumprir as ordens judiciais porque é seu dever constitucional.

Infelizmente, as informações nas redes sociais foram plantadas. A questão do fogo: “A Polícia Militar ateou fogo contra os integrantes do MST. Lá existem crianças, mulheres, isso e aquilo”. Mais uma vez, um vídeo feito lá mesmo no local mostrou um

integrante do MST em cima de um cavalo percorrendo o pasto com o chamado rabo de fogo e botando fogo no pasto. Para quê? Para dificultar o cumprimento da ordem judicial pela Polícia Militar. Foi, mais uma vez, desmascarado. Vou aqui, presidente, usar novamente um termo: o episódio de Campo do Meio serviu para descortinar muitas mentiras deslavadas que estavam sendo ditas desde o primeiro momento, desde a semana passada.

Parabéns, Polícia Militar. Nós já estamos providenciando, aliás, já providenciamos requerimento para uma moção de aplauso, de reconhecimento. Ontem mesmo vi aqui um chororô no Plenário, uma lamentação, uma lamúria. Agora, é engraçado porque, no governo passado, presidente Antonio Carlos Arantes, o Pimentel mandou jogar gás lacrimogêneo na minha cara e me impediu de entrar em praça pública. Vou repetir: no dia 21/4/2016, o Pimentel, governo do PT, impediu que eu entrasse numa praça pública com uma simples camiseta e uma faixa para fazer uma manifestação.

Ao mesmo tempo, presidente, passaram ao meu lado, ao lado de assessoras minhas, que também sofreram com gás lacrimogêneo, de assessores, de presidentes de associações, ao lado, presidente, ao lado, 2.500 integrantes do MST. Ou seja, é do MST, o governo do PT deixa, o governo do PT acoita, o governo do PT põe ali uma barreira de proteção. Mas um deputado, em exercício de mandato, presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, fui barrado, fui impedido.

Ontem ouvi aqui um chororô danado. Eu queria dizer o seguinte: onde estava o deputado Durval Ângelo? Porque, quando nós convocamos aqui o comandante-geral da Polícia Militar, o Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, que era um dos coronéis do PT, quando aqui veio, o que ele fez? Chamou o líder do governo Durval Ângelo, que se sentou ao lado dele para evitar que fosse sabatinado e cobrado por suas ações. Infelizmente é assim, o governo do PT pode. Então o MST pode tudo.

Por fim, presidente, eu estou aqui com estes dados, que tratam desse moço aí, com as informações de Silvinho Neto, líder do MST lá na cidade de Campo do Meio. Olha aqui, presidente, o cidadão tem cinco celulares em seu nome. Vou repetir: possui cinco celulares em seu nome. Quem é Silvio Cardoso Rabello, mais conhecido como Sílvio Neto, líder do MST, líder da invasão de Campo do Meio? São cinco celulares em seu nome. Esteve lotado aqui, no gabinete do deputado Rogério Correia, do PT. Hoje está lotado na Câmara dos Deputados, no gabinete do deputado federal Rogério Correia, do PT.

Esse cidadão, presidente, olha aqui, possui cinco endereços. Ele possui cinco endereços em seu nome. E mais, além dos inúmeros crimes que constam aqui na sua ficha, que estão sendo apurados pela Justiça e pela polícia, consta aqui, presidente, que ele possui três veículos. São três veículos em seu nome. Vou repetir aqui: um Fiat Uno Mille Economy, cor preta, 2009/2009; um Fiat Palio Fire, cor prata, 2016/2016; e um Renault Sandero, cor cinza, 2020/2021. Todos os três veículos estão em nome de Silvio Cardoso Rabello.

É por isso que nós apoiamos o projeto de lei do deputado Delegado Heli Grilo. Fui relator. Nós não temos, presidente, não existe mesa de negociação depois de ordem judicial. A Assembleia não pode interferir numa ordem judicial. Nem a polícia pode, nem o Ministério Público pode, nem a Polícia Civil, nem a Polícia Militar, e muito menos a Assembleia. Não existe esse negócio de mesa de negociação depois de findo o devido processo judicial, com uma ordem ali, pronta para ser cumprida. Por isso nós apoiamos o projeto do deputado Heli Grilo. Temos de acabar com essa chamada mesa de negociação, presidente.

Por fim, presidente, trago outro assunto aqui hoje como presidente da Comissão de Segurança Pública. Registro a minha indignação com a forma como a Assembleia foi invadida, segundo consta, por aqueles que são invasores e pertencem à chamada Ocupação William Rosa. Na verdade, o termo “ocupação” é um termo muito utilizado pela esquerda para desmitificar o crime de invasão e o crime de esbulho possessório. As famílias da invasão lá do terreno, da chamada Ocupação William Rosa, invadiram a Assembleia, à luz do dia. Quebraram obstáculos, romperam obstáculos. Pegaram aquela cerca que foi colocada embaixo da escada e a arrancaram nas mãos. Agrediram policiais legislativos. Pasmem, estavam usando crianças e mulheres para irem à frente. Quem quiser se certificar, é só pegar o vídeo que está aí no grupo dos deputados e deputadas da 19ª Legislatura. Mulheres e crianças sendo

colocadas à frente. Onde está o Ministério Público? Nós vamos denunciar. Usaram crianças e mulheres para invadirem o prédio da Assembleia?

Então, como presidente da Comissão de Segurança Pública, vamos pedir ao presidente da Assembleia que possa reforçar a identificação das pessoas, a segurança da Assembleia. A Assembleia não pode ser palco de invasão por qualquer motivo. Se a Prefeitura de Contagem e de Betim não atendeu, ou se o Poder Executivo não atendeu às demandas dessas famílias, não é a Assembleia que tem que sofrer uma ocupação aqui. Então que se ocupe a sede do governo, a Prefeitura de Contagem e a Prefeitura de Betim. Aqui, não!

Então, como presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, vamos oficializar à Mesa, e vamos inclusive, presidente, cobrar que seja redobrada a segurança das instalações da Assembleia, da sede do Poder Legislativo em Minas Gerais. Está virando bagunça, está virando baderna. Toda hora há um grupo de pessoas aqui invadindo a Assembleia. O pior é que quem está sofrendo com isso são os policiais e as policiais legislativas. Aqui existem mulheres na Polícia Legislativa que estão sendo agredidas. Policiais legislativos estão sendo agredidos.

Da forma como se deu a invasão hoje, se não tivessem muito cuidado, talvez a coisa teria saído muito pior. Simplesmente invadiram. Onde está o problema? Está lá em Contagem, lá em Betim, mas é a Assembleia que é invadida. Então, como presidente da Comissão de Segurança Pública, vamos conversar com o presidente e com os demais integrantes da Mesa para que isso não ocorra.

A sede do Poder Legislativo não pode ser invadida por qualquer problema com o Executivo ou com outros municípios. A sede do Poder não pode ser invadida por pessoas que estão dizendo que dependem do Estado e que querem uma moradia. Querer uma moradia é um direito das pessoas que podem requerer esse direito e lutar por ele, mas não da forma como está sendo feito.

Então quero dizer, presidente, da minha indignação em relação à forma como a Assembleia foi invadida. Eu estava aqui, na minha sala, no prédio do Edifício Tiradentes, no 5º andar, e da minha sala, da janela, pude observar a invasão, mas outros colegas que estavam ali, na entrada do *hall* principal, na Rua Rodrigues Caldas, nº 30, filmaram e detectaram como foi a invasão na Assembleia. Uma aberração! Não podemos aceitar. O presidente Agostinho Patrus tem que tomar medidas enérgicas porque daqui a pouco vão fazer de novo. Aliás, já havia alertado da outra vez, deputado Carlos Pimenta. Da outra vez, eles pegaram um cidadão lá dentro e estavam usando uma faca e dois canivetes pequenos. Agrediram o policial legislativo. Isso não pode acontecer na Assembleia. A Assembleia também precisa de segurança para o seu funcionamento.

Então, como presidente dessa comissão, quero aqui fazer um apelo ao presidente Agostinho Patrus, porque senão, depois de se agredir um policial legislativo ou uma policial ou algum servidor da Casa, não adianta mais reclamar. Parece que a Assembleia se esqueceu de que o cidadão entrou na Câmara Municipal de Contagem e atirou contra uma servidora dentro da Câmara Municipal de Contagem. Isso não pode acontecer aqui.

Parabenizo a atuação da Polícia Legislativa, que teve a tranquilidade, mesmo em menor número e com toda dificuldade, e que fez o papel dela e fez bem feito, mas ela precisa ser reconhecida, precisa de melhores equipamentos e precisa reforçar a sua atuação seja através de equipamentos, seja através de novos obstáculos ou de uma melhor forma de identificação, senão, deputados Carlos Pimenta e Antonio Carlos Arantes, os policiais serão os primeiros a serem agredidos. Aliás, verbalmente, eles já são agredidos constantemente, mas, fisicamente, temos que zelar por eles. Não podemos deixar que esses invasores, que essas pessoas que cometeram crimes venham atacar os servidores da Assembleia que estão cumprindo o seu papel.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O deputado Carlos Pimenta – Boa tarde, deputado Antonio Carlos Arantes, digníssimo presidente desta sessão; boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Primeiro quero me congratular com o pronunciamento, na íntegra, do deputado Sargento Rodrigues, primeiramente quando ele aborda a questão das invasões de terra e o comportamento da Polícia Militar, lá, no Triângulo Mineiro. Inclusive o senhor abordou esse assunto, ontem, no seu pronunciamento.

Eu acho que as coisas devem ser levadas da forma como realmente aconteceram, porque veem uma versão e começa a passar a ideia de que a polícia é truculenta, que abusou da autoridade, abusou da força. E a cada hora que chega, todos os dias, nós recebemos vídeos mostrando a forma como o deputado Delegado Heli Grilo e o Sargento Rodrigues se expressaram, e o senhor também ontem. Eu acho que isso mostra claramente as intenções dessas pessoas de querer trazer para si a opinião pública, mesmo que seja em cima de mentiras, em cima de fatos que não aconteceram, e a verdade tem que ser restabelecida.

Em segundo lugar, eu apoio também as palavras do deputado Sargento Rodrigues, nosso presidente da Comissão de Segurança Pública, quando ele aborda essa invasão que aconteceu aí na Assembleia de Minas. Se não houver uma posição séria, se o presidente Agostinho Patrus não tomar uma postura, eu acho que isso aí vai passar a ser um fato corriqueiro e acabar depois dando até uma tragédia. Há pouco tempo entrava na Assembleia Legislativa quem quisesse, não precisava passar pelo detector de metal, entrava todo mundo com mochila, com sacola, com cachorro, com tudo. E na verdade, eu acho que deve haver um certo critério, porque essa é a Casa onde a gente procura discutir as coisas importantes da comunidade, e ela não pode ser aberta dessa maneira. Ela tem, sim, que ser aberta para a população, mas para aqueles que querem efetivamente discutir assuntos sérios no momento certo. Então, parabéns, Rodrigues, mais uma vez, pelo seu pronunciamento.

Presidente Antonio Carlos, hoje vou abordar dois assuntos. O primeiro deles, ontem, nós ficamos sabendo, através da imprensa, que o Idene, órgão que representa o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas, do Jequitinhonha e Mucuri, passa, felizmente, a ter as suas ações, a ter o controle das ações da construção da tão sonhada Barragem de Jequitaiá. Essa barragem, para os senhores terem ideia, foi projetada há mais de 30 anos. E foi um projeto tão bom, foi um projeto tão iluminado, tão importante, tão necessário que até hoje continua superatualizado. O Idene vai, a partir de então, em convênio com a Codevasf, colocar um ponto final numa novela que dura mais de 30 anos. São 30 anos para a construção de uma barragem que terá quatro funções importantes. A primeira função é a regularização das águas do Rio Francisco. Nas secas, como nós estamos vivendo aqui agora, nesse período, no Norte de Minas, o Rio São Francisco baixa muito, fica quase impraticável o trânsito pluvial. As embarcações maiores encalham, não passam, ficam atoladas em bancos de areia. Enfim, o rio fica muito baixo. E o projeto vai regularizar as águas.

Serão construídas duas barragens: uma barragem e, 2km depois, outra barragem. O espaço entre as duas funcionará como uma caixa d'água gigantesca, com bilhões de metros cúbicos de água, que, quando necessário, será lançada no Rio São Francisco, tornando-se novamente navegável, voltando ao seu leito normal. Então, a primeira função da Barragem do Jequitaiá é a regularização das águas do Rio São Francisco. Agora mesmo nós estamos vendo aí a transposição das águas desse rio no Nordeste. Então essa barragem terá um papel fundamental.

A segunda função é que ela vai gerar energia suficiente para abastecer todas as cidades na área de influência da barragem. São 16 municípios; municípios grandes, como Pirapora. Essa barragem está localizada na cidade de Jequitaiá, mas também em Claro dos Poções, Engenheiro Navarro e Francisco Dumont. É uma barragem maravilhosa. A sua concepção é impecável.

A terceira função vai promover um processo de irrigação toda por declive das suas águas de quase 50.000ha, Antonio Carlos. Serão centenas, milhares de famílias, que serão assentadas nessa área irrigada pela barragem. Imaginem que maravilha: a água desce sem ser levada por bombeamento, porque estará bem no alto, e depois vai irrigar 50.000ha.

Dizem – o senhor pode confirmar – para cada hectare irrigado você gera em média três empregos diretos. Se são 50.000ha, serão 150 mil empregos diretos e indiretos.

O último projeto é um projeto também muito importante que vai proporcionar o abastecimento de água de vários municípios, dentre eles a cidade de Montes Claros, e vai tornar aquela região uma região próspera. Eu acho muito importante que o

Idene, sob a coordenação do Dr. Nilson Borges, que tem habilidade, competência suficiente para poder tirar efetivamente este projeto do papel e acabar com aquela história quando chega a eleição: “Vamos começar a construção da Barragem do Jequitaiá”.

Eu me lembro que, no segundo mandato da Dilma, antes de acontecer as eleições – ela foi eleita para o segundo mandato –, as máquinas todas foram para a barragem do Rio Jequitaiá. Virou aquele formigueiro humano, máquinas trabalhando, aqueles tratores enormes, “agora vai sair, agora sai”. E gravação da Dilma, gravação do Lula, gravação dessa turma do PT. Acabaram as eleições, Antonio Carlos, todo mundo saiu fora, deixando só aquele cemitério de máquinas velhas que estavam naquele local, e até hoje nada foi feito.

Os senadores Carlos Viana e Rodrigo Pacheco estão trabalhando ativamente para poder arrumar recurso para a construção da barragem do Rio Jequitaiá. Estou muito feliz e tenho certeza de que nós vamos botar um ponto final nessa história que já dura tantos e tantos anos. Quando a gente vai a Jequitaiá, a primeira pergunta que fazem é: “Deputado Carlos Pimenta, e a barragem? Vamos começar de novo? Vai começar de novo? Como é que fica essa barragem?”. Então, esse é o primeiro assunto.

Segundo assunto, Antonio Carlos. Eu fui procurado ontem aqui, em Montes Claros, pelo Cel. Fernando, que é comandante do 4º Comando Operacional do Corpo de Bombeiros, responsável pelo batalhão de Montes Claros e por uma companhia em Diamantina. Praticamente a metade de Minas Gerais está sob o comando desse 4º Comando Operacional em Montes Claros, pelo Maj. Darlan, uma pessoa maravilhosa, um camarada sensacional, 100%, e pelo Cap. Caetano. Eles me solicitaram que a gente pudesse ajudar essa grande estrutura do batalhão de Minas Gerais aqui, no Norte de Minas, esse 4º Comando, para ter a sua sede operacional.

Nós temos uma sede onde estão os caminhões dos bombeiros que fica no coração de Montes Claros. Ela foi criada há dezenas de anos. Um caminhão daqueles enormes, para poder sair do local em que está para atender uma emergência é uma dificuldade muito grande, porque tem que passar no centro de Montes Claros, em ruas apertadas no centro de Montes Claros. O centro é mais antigo, as ruas são muito estreitas. Então, é um problema muito sério.

Nós garantimos ao capitão e ao Comte. Fernando que vamos procurar o governador em nome da bancada de deputados do Norte de Minas – nós somos oito deputados – e pedir para que sejam inseridos no orçamento para 2021 os recursos suficientes para poder atender esse 4º Comando Operacional de Bombeiros do Norte de Minas.

O segundo projeto que eles solicitaram, principalmente o Cap. Caetano, é um projeto social da maior relevância possível. Estamos vendo, volta e meia, os bombeiros sendo acionados. É uma criança que engasga em casa, um recém-nascido que engasga com leite, idosos que engasgam com pedaço de alimento. Surgiu, no governo federal, na Câmara de Deputados Federais, a lei chamada Lei Lucas. Lucas era uma criança de 10 anos que morreu engasgado por uma pedacinho de salsicha que estava no seu lanche, na cidade de Campinas. Não deu tempo de o Lucas ir para o hospital, teve várias paradas respiratórias e morreu. Daí surgiu uma lei federal, mas nós temos esse vazio de uma lei estadual.

Eu estou apresentando à Casa, talvez nesta semana ainda, uma lei estadual que tem por objetivo prestar os primeiros socorros nas escolas estaduais, Antonio Carlos. Acho que o bombeiro tem essa missão de ensinar, de poder ir às escolas. Imaginem um incêndio como o que aconteceu em Janaúba, numa creche, onde morreram sete crianças e uma professora. Ninguém tinha noção de nada, não sabiam operar um extintor, não sabiam nada sobre primeiros socorros. Quantas criancinhas são levadas pelas mães nos braços ou então ficam esperando os bombeiros chegarem para poderem desengasgá-las ou tirarem corpos estranhos das suas vias respiratórias; pessoas morrem muitas vezes por falta de uma estrutura maior. Então esse projeto é um projeto social de primeiros socorros para incêndio e primeiros socorros também para casos iguais a esses, como uma hemorragia, uma queda de criança. Você tem que saber manipular aquela criança ou um idoso para não terem lesão na coluna cervical. Eu vou ler aqui apenas uns tópicos para que o senhor possa sentir a importância desse projeto. Esse projeto é para conhecer também as classes de incêndio, para saberem que tipo de incêndio, como agir nesses casos; conhecer os métodos e suas aplicações, como isolamento, abafamento do incêndio; conhecer os métodos e técnicas de ventilação de ambientes em chamas e suas importâncias – são técnicas de ventilação, como abrir uma janela,

abrir um local para que a fumaça saia e não mate as pessoas intoxicadas; conhecer os agentes que compõem os extintores, se é água, se é PQS, se é gás carbônico; conhecer os equipamentos e suas aplicações – manuseio de extintores e hidrantes; conhecer os meios mais comuns de sistemas de manuseio, como se manuseia um extintor, porque, quando você chega lá, há um extintor, mas a pessoa não sabe ligá-lo, não sabe tirar o lacre, não sabe que deve apontar a ponta do extintor para a base da chama; conhecer as técnicas de abandono das áreas: saída organizada, pontos de encontro, chamada de controle de pânico, que são os procedimentos; conhecer as técnicas de exame primário, os sinais vitais para saber se a pessoa está viva, se a pessoa está respirando; conhecer os sintomas de obstrução em adultos, crianças e bebês, as causas da obstrução para você ter a criança na sua mão, o recém-nascido e usar técnicas manuais para desobstruir as vias respiratórias e a pessoa poder respirar novamente; conhecer as técnicas de hemostasia e hemorragias – às vezes a pessoa tem uma fratura exposta com lesão arterial, e você tem que saber fazer roteamento, fazer um isolamento; identificar os tipos de ferimentos e a classificação desses ferimentos, os tipos e os graus de queimaduras e das fraturas. Então esse é um projeto que estamos preparando, com muito zelo, com muito esmero, em comum acordo com os bombeiros.

Eu já garanti, no ano que vem, uma emenda de minha autoria aos bombeiros, e vamos fazer o laboratório experimental aqui, no Norte de Minas, e em Montes Claros, para que a gente possa ir a todas as escolas, sejam elas escolas estaduais, sejam escolas municipais, sejam escolas particulares, para que os bombeiros ou então pessoas capacitadas da sociedade civil possam passar essas informações.

Então vejam a importância desse projeto. Ele foi inspirado no Projeto Lucas, do governo federal, e nós já estamos em fase final de acabamento desse projeto. Eu quero apresentá-lo à Casa para que, a partir do ano que vem, os bombeiros possam difundir e aplicar essa lei – eu tenho certeza de que vai se tornar uma lei – em todas as áreas de Minas Gerais e até mesmo para que nós, deputados, possamos destinar as nossas emendas também aos bombeiros; não é emenda para comprar um caminhão que custa milhões, mas para comprar um desfibrilador, para equipar uma ambulância dos bombeiros, para que você possa proporcionar essas reuniões, essas palestras, essas aulas nas nossas escolas.

Eu tenho certeza de que, a partir desse momento, desse encontro que eu tive com Cel. Fernando, o Maj. Lucas e o Cap. Caetano, nós poderemos dar essa peça, que vai ser uma bela peça, esse projeto de lei para que Minas Gerais seja o primeiro Estado, entre todos os outros, a ter uma lei específica de acesso dos bombeiros às nossas escolas para poderem ministrar esses cursos. Muito obrigado, meu amigo Antonio Carlos Arantes.

O deputado Coronel Sandro – Boa tarde, presidente; boa tarde, meus caros colegas deputados que estão acompanhando esta reunião.

Sr. Presidente, entra ano e sai ano e o MST continua o mesmo. E agora estão botando as asinhas de fora de novo. Na verdade, esse movimento que se intitula um movimento social não passa de uma força auxiliar dos partidos de esquerda do País para gerar convulsões sociais no campo, para que isso facilite a tomada de poder por aqueles que defendem ideologias, como as que são praticadas em Cuba, na Coreia do Norte, na Bolívia até recentemente. Enfim, ideologias que visam escravizar o povo e instalar uma ditadura do proletariado, em que os membros do partido, que serão também os governantes, assumem e tomam todos os meios de produção, assumem os serviços, e o povo vira escravo.

Essa situação da reintegração de posse ocorrida recentemente – aliás, a Polícia Militar desempenhou um papel legítimo, dentro da legalidade, e da forma como se espera que uma força policial de excelência o faça – é a cara do MST. Eu tenho uma experiência, presidente, de mais de 20 reintegrações de posse, quando estava no serviço ativo da Polícia Militar, e a grande maioria foi negociada dessa maneira. Comigo só houve uma única reação, e, naquela oportunidade, nós também fomos enérgicos. Vieram com foice, nós fomos de tonfa, e sentamos a borracha no lombo dos vagabundos. Vieram com arma de fogo, nós metemos tiro e acertamos os bandidos, que estavam com arma de fogo. Mas a lenga-lenga é sempre a mesma. Esse pessoal não tem nenhuma tradição de trabalho no campo; é uma verdade que foi dita pelo deputado Delegado Heli Grilo e confirmada pelo deputado Sargento Rodrigues.

São pessoas que nunca trabalharam no campo. Podem verificar a mão e verão que não têm a mão calejada de enxada, nem de foice. São pessoas que, por diversas razões, não conseguiram emprego na vida, e encontram, nas falácias do MST, no ativismo do MST, uma solução para os seus problemas, que é invadir a propriedade adquirida com o suor do trabalho dos brasileiros, para assim ter algum bem pelo qual não trabalhou um dia, um minuto sequer. E a grande maioria deles vende essas terras depois e vai para outras ocupações.

As mentiras daqueles que lideram o MST, a começar por esse tal de Silvinho, do MST, cuja ficha o Sargento Rodrigues deu aqui para a gente... Ele, com dinheiro público, incentiva o descumprimento da lei. Ele é funcionário do gabinete do deputado Rogério Correia, do PT. Então eu fico perguntando: pode usar funcionário para incentivar a invasão de terras das pessoas, ou de casas, ou do que quer que seja? É claro que não pode. E as mentiras de que lá haveria centenas de famílias, quando, na verdade, só havia seis famílias.

Essa turma da esquerda, Sr. Presidente, do PT, do Psol, deputados desta Casa principalmente, são tigrões quando vão falar da Polícia Militar e acusar a Polícia Militar, sem prova alguma, indevidamente, mas, quando se trata do Judiciário, são tchutchuquinhas (– Palavra expungida por determinação do presidente.) Sr. Presidente, não falam nada.

O Judiciário demorou 20 anos para solucionar um conflito e, quando o solucionou, eles não queriam que a ordem judicial fosse cumprida. Ora, não fosse cumprida! Tem que ser cumprida, sim, observando-se os ditames da lei. E, se houver enfrentamento, borracha no lombo, porque não há nada melhor para resolver isso do que borracha no lombo do vagabundo.

Então, a Polícia Militar de Minas Gerais está de parabéns pela excelência do serviço que prestou ao povo de Minas, essa corporação que eu tive o prazer de integrar no serviço ativo por 30 anos, que mudou a minha vida e que defende o povo mineiro em todos os momentos, todos os dias e em todos os setores de atividade. E essa reintegração de posse foi feita dentro da legalidade, com observância de todos os princípios que devem ser observados para proteger as pessoas e o o patrimônio. Está de parabéns a Polícia Militar de Minas Gerais. Esse é um assunto de que eu queria falar aqui.

O outro assunto, Sr. Presidente, é essa vergonhosa invasão da Assembleia Legislativa praticada por um bando de desordeiros. Porque, para mim, são bandidos. Invasão de qualquer lugar caracteriza crime, e crime você tem que combater com a lei, e os agentes da lei têm que estar preparados para isso. A Polícia Militar está, a Polícia Legislativa está.

Então, eu acho que isso deve ser apurado. Tem gente aqui, internamente, que deve ter viabilizado, incentivado. Sabe por quê? Porque isso era comum nos governos passados. Não ficou comum depois que o PT assumiu o governo, porque no governo deles não invadem nada, acham que está tudo bem; agora colocam em risco a vida de pessoas que estão trabalhando, porque numa invasão como essa que aconteceu na Assembleia tudo poderia acontecer.

Eu só lamento que a Polícia Legislativa não tenha cortado essa turma no couro, porque, se algum dia estiver sob o meu comando a Polícia Legislativa ou qualquer outra força policial em qualquer lugar, o senhor pode ter certeza, Sr. Presidente, vai sobrar borracha para vagabundo de toda maneira, mas a ordem vai ser mantida. E eu lamento, inclusive, haver parlamentares desta Casa que incentivam essa prática. Isso não pode acontecer. Nós vivemos num Estado Democrático de Direito em que a lei impera; não existe se a lei é boa ou se é ruim, não.

Toda lei que contraria os interesses desse pessoal da esquerda: “Não, essa lei não presta. Tem que enfrentar, tem que fazer”. Ah, pelo amor de Deus! Vocês arrebetaram o País durante 16 anos, não fizeram nada para melhorar a vida do brasileiro, roubaram os cofres públicos até cansar. A maioria dos integrantes do PT foi toda para a cadeia. Há alguns que ainda vêm aqui cantar de galo e dizer que sabem o que é bom para Minas Gerais e como a Polícia Militar de Minas tem que agir.

Ora, tenham vergonha na cara, meus amigos! Portem-se com a insignificância que vocês têm hoje, porque vocês perderam uma eleição. Nós estamos mudando o rumo do Brasil, e não são vocês que vão atrapalhar utilizando esse lumpemproletariado que está aí disponível - criminosos, arruaceiros, desordeiros, invasores de terra. Vocês não vão impedir o avanço do Brasil, não, para a gente

resgatar aquilo de bom que vocês ajudaram a desfazer. Então, esse era mais um assunto, Sr. Presidente, que eu queria tratar: essa vergonhosa invasão da Assembleia.

Parabéns à Polícia Legislativa pela forma como agiu, mas eu gostaria que vocês descessem mais a borracha no lombo, porque é isso que está precisando ser feito, entendeu? Vagabundo, desordeiro que invade o local de trabalho dos outros tem que arcar com as consequências.

Sr. Presidente, outro assunto que eu gostaria de comentar, para fazer o encerramento, é que recentes pesquisas de alguns institutos – eu até nem gosto; acho que muitas vezes eles manipulam os dados, sim – vinculados à Folha de S. Paulo e ao Datafolha apontam um crescimento vertiginoso da popularidade do presidente da República, mostrando que esses que têm a narrativa de desacreditar o seu governo, de tentar colocar sobre os ombros do presidente a responsabilidade pelas mortes da Covid perderam. O povo não acredita mais nisso, porque hoje ninguém se deixa mais influenciar por Globo, *Folha de S. Paulo*, *Estadão*. Essa mídia e esse meio estranho aí, na verdade, são a turma que perdeu a boquinha, não tem mais recurso público para pagar os seus discos, para pagar os seus *shows* e, de toda maneira, tentam destruir um governo que tem o interesse voltado para o Brasil.

Fizeram uma pergunta interessante, ou seja, se achavam que o presidente era responsável pelas mortes, caro presidente Antonio Carlos. Sabe qual foi o percentual de pessoas que acham que ele é responsável? 11%. Nem os 20% do PT acreditam nisso. Então, a narrativa contra o presidente da República e contra o Brasil não vingou. Nós estamos tendo dificuldades com a pandemia, sim. Ficou sob a responsabilidade do governo federal pagar a conta, que é encontrar e disponibilizar recursos para estados e municípios. Isso está fazendo muito bem com R\$500.000.000.000,00 disponibilizados, mais de R\$280.000.000.000,00 já pagos em diversos programas, com oito principais deles e com o principal que é o auxílio emergencial, que é para assistir aquela pessoa de maior fragilidade social: o desempregado, o trabalhador informal que ficou sem renda, enfim, todos aqueles que precisam de apoio e não são deixados para trás pelo presidente Bolsonaro. Não são usados, como o PT e a presidência lá atrás os usavam, como massa de manobra e davam migalhas, não. Realmente é um governo que está trabalhando pelo Brasil.

Então, era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. É um prazer revê-lo. Quero parabenizar a Polícia Militar pelo excelente trabalho na reintegração de posse. Essa é a melhor polícia do Brasil, a polícia da minha vida, a polícia que mudou a minha vida. Além disso, quero condenar, com veemência, essa invasão à Assembleia Legislativa; defender uma apuração interna para verificar as responsabilidades e também encaminhar aos órgãos policiais e ao Ministério Público para que se apure a responsabilidade da invasão e que a punição para esses canalhas invasores aconteça; e, por fim, quero ressaltar que o Brasil está entrando nos trilhos com o brasileiro reconhecendo a importância do governo federal para o desenvolvimento deste nosso país.

Encerro dizendo que jamais nós seremos mais governados por alguém de esquerda. Esqueçam! Vocês foram derrotados e nunca mais voltarão ao poder. Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n°s 6.160 a 6.162 e 6.165/2020, da Comissão do Trabalho. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 20, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/8/2020

Às 15h36min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos, Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado André Quintão, por indicação da liderança do BDL) e o deputado Celinho Sintrocel, membros da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Leninha e Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Gil Pereira, Sargento Rodrigues, Betinho Pinto Coelho, Ulysses Gomes, Gustavo Santana, Raul Belém, Professor Cleiton, Zé Reis, Bartô, Betão e Doutor Paulo. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a proposta de reforma da previdência dos servidores públicos estaduais encaminhada a esta Casa pelo governo do Estado. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails*, através do Fale com a Assembleia, das Sras. Rosângela Quintino Resende, Magalva Lima da Rocha, Maria da Glória Cunha de Vilhena, Paula Quinet de Oliveira, Mariudes Rosa e Maria Aparecida Pinto Ribeiro, e dos senhores Celso Castro de Oliveira, Éderson Fagundes da Silva e Renato Falci Botti, todos apresentando sugestões e críticas ou fazendo questionamentos acerca da reforma da previdência em tramitação na Casa. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Lillian de Paiva Vieira, técnica do Ministério Público da União (19/6/2020); e dos Srs. Fernando Passalio de Avelar, secretário adjunto de Estado de Desenvolvimento Econômico (12/2/2020); Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão (25/4/2020); Igor Eto, secretário de Estado de Governo (9/5/2020 e 4/6/2020); e Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde (9/7/2020).

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos à votação e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.816/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e ao governador do Estado pedido de providências para a imediata implantação de um novo plano de carreiras na Universidade Estadual de Montes Claros, em cumprimento do acordo de greve de 2016, firmado entre o governo do Estado, a Unimontes e a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Montes Claros – Adunimontes – e homologado na justiça, bem como para que a comissão seja informada dos procedimentos já adotados e do cronograma;

nº 6.817/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e ao governador do Estado pedido de providências para o cumprimento do acordo de greve de 2016, firmado entre o governo do Estado, a Unimontes e a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Montes Claros – Adunimontes –, homologado na Justiça, bem como para que a comissão seja informada sobre os procedimentos que estão sendo adotados e o cronograma a ser cumprido;

nº 7.052/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a implementação do adicional de dedicação exclusiva aos professores da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes;

nº 7.061/2020, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para analisar e debater com a titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – as ações desenvolvidas pela pasta no contexto da pandemia de covid-19 no Estado;

nº 7.062/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam apresentadas justificativas para a não observância do art. 7º, VI, da Constituição Federal, ao ser determinada, de forma unilateral, a redução da jornada de trabalho, juntamente com a redução de 25% da remuneração aos trabalhadores da MGS, sem a devida negociação coletiva com seus representantes da associação de trabalhadores ou sindicato;

nº 7.072/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater e avaliar os impactos do projeto de lei complementar e da proposta de emenda à constituição que compõem a reforma da previdência encaminhada pelo governador do Estado nas carreiras dos servidores públicos estaduais;

nº 7.119/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 55/20, encaminhada pelo governador do Estado à Assembleia Legislativa, que propõe grandes alterações na previdência dos servidores públicos estaduais;

nº 7.120/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Complementar nº 46/2020, do governador do Estado, que propõe alterações na previdência dos servidores públicos estaduais;

nº 7.121/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para debater a saúde dos trabalhadores nas minerações;

nº 7.182/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Bicas pedido de providências para que o prefeito municipal, na condição de presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Sudeste – Juiz de Fora, proceda à recomposição salarial dos trabalhadores do Samu, que é a mesma desde 2017;

nº 7.188/2020, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Alerj – pedido de informações relativas à CPI do Rioprevidência, que investiga as operações de crédito de antecipação de receitas, especialmente as realizadas no exterior, e que foram objeto do Processo nº 108168-2/16, no Tribunal de Contas desse Estado, bem como, se possível, sobre o compartilhamento de eventuais relatórios e documentos relevantes que instruem os trabalhos da CPI, ressalvados aqueles que a comissão entender que devem ser acobertados pelo sigilo necessário para a conclusão das investigações;

nº 7.213/2020, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à alteração do Decreto nº 47.914/2020, para que sejam incluídos enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas e demais profissionais da saúde entre os contemplados por essa norma, para fins de recebimento da gratificação nela regulamentada;

nº 7.214/2020, do deputado Celinho Sintrocel e da deputada Marília Campos, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2020 o documento referente à reforma da previdência dos servidores do Estado, encaminhado à comissão em audiência, e entregue pela Associação Profissional dos Trabalhadores e Beneficiários do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais e pelo Sindicato dos Servidores do Ipsemg;

nº 7.215/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulada manifestação de apoio aos trabalhadores rurais pela ação de reintegração de posse empreendida pelo governo do Estado em 12/8/2020, em Campo do Meio, que colocou em risco a vida das pessoas por contaminação pela covid-19 e impediu a manutenção das condições de sobrevivência desses trabalhadores rurais;

nº 7.216/2020, do deputado Celinho Sintrocel e da deputada Marília Campos, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a proposta de reforma da Previdência encaminhada pelo governo do Estado, especificamente no que se refere a fundos e alíquotas tratadas no Projeto de Lei Complementar nº 46/2020.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Antonieta de Cássia Dorledo de Faria, diretora de Relações Institucionais do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Sisipsemg –, e Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG, e registra a presença remota dos Srs. Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão; Moisés de Oliveira Melo, presidente da Associação dos Contribuintes do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ascon/Ipsemg; e João Diniz Pinto Júnior, ex-presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais. A presidente, coautora do requerimento que deu origem ao debate, e o deputado Celinho Sintrocel, coautor, tecem suas considerações iniciais. Logo após, a presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2020.

Marília Campos, presidente – Beatriz Cerqueira – Professor Cleiton.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/8/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 15/8/2020, que nomeou João Paulo Guilherme Dias, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

exonerando, a partir de 14/8/2020, Bruno Teixeira Lemos, padrão VL-37, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Carlos Arantes;

exonerando Jonathan Higino da Costa, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bruno Engler;

exonerando Ricardo Wagner Campos, padrão VL-44, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Laura Serrano;

nomeando Humberto Merola Junior, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Raul Belém;

nomeando João Bosco Rodrigues, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira.